

# FAQ - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA SILVA & ASSOCIADOS

## 1. Quanto tempo demora um processo de divórcio consensual?

Em casos de divórcio consensual, onde ambas as partes concordam com os termos, o processo pode ser finalizado em aproximadamente 30 a 60 dias. Caso haja filhos menores ou discordância sobre partilha de bens, o prazo pode se estender para 6 meses ou mais.

## 2. Posso registrar minha marca mesmo que já exista uma empresa com nome parecido?

Depende. O registro de marca no INPI analisa diversos fatores, incluindo similaridade fonética, visual e o ramo de atividade. Se as empresas atuam em segmentos diferentes, é possível que ambas coexistam. Recomendamos uma busca prévia de anterioridade antes de iniciar o processo.

## 3. Qual a diferença entre rescisão e demissão sem justa causa?

A rescisão é o termo genérico para o fim do contrato de trabalho, que pode ocorrer por várias razões. A demissão sem justa causa é quando o empregador dispensa o funcionário sem que este tenha cometido falta grave, garantindo ao trabalhador direitos como aviso prévio, FGTS com multa de 40%, seguro-desemprego e férias proporcionais.

## 4. Preciso de advogado para abrir uma empresa?

Não é obrigatório, mas é altamente recomendável. Um advogado pode orientar sobre o tipo societário mais adequado (MEI, LTDA, SA), elaborar um contrato social robusto, identificar riscos tributários e trabalhistas, e garantir que todos os procedimentos legais sejam seguidos corretamente desde o início.

## 5. Como funciona a pensão alimentícia para filhos maiores de idade?

A obrigação de pagar pensão pode se estender além dos 18 anos se o filho estiver cursando ensino superior ou técnico até os 24 anos, ou se houver incapacidade física ou mental. O valor e a duração devem ser acordados entre as partes ou determinados judicialmente, considerando as necessidades do filho e as possibilidades financeiras do genitor.

## 6. Posso ser preso por dívida no cartão de crédito?

Não. No Brasil, a prisão por dívida civil é vedada pela Constituição Federal, exceto em casos de inadimplemento de pensão alimentícia e depositário infiel. Dívidas de cartão de crédito, empréstimos ou cheques sem fundos podem gerar processos de cobrança, mas não resultam em prisão.

## 7. Quanto tempo tenho para entrar com ação trabalhista após ser demitido?

O prazo prescricional para ações trabalhistas é de 5 anos a partir da data da demissão, limitado aos últimos 5 anos do contrato de trabalho. Ou seja, você tem até 5 anos após o desligamento para reivindicar direitos não pagos, mas só pode cobrar verbas dos últimos 5 anos trabalhados.